

AO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE – ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Nereu Ramos, n.º 389, Centro, na Cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório n.º 0136/2021

Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021

CONTESTADO RESÍDUOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 31.408.864/0001-70, endereço eletrônico (e-mail): maurenengenhariaeconstrucao@gmail.com, com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 870, Centro, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000, por seu representante legal Sr. Diego Maurer, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 093.572.789-23, residente e domiciliado na Rua Arcebispo Dom Manuel Silveira D'Elboux, n.º 1492, São Braz, no Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.603-308, através de sua procuradora devidamente constituída por meio da procuração em anexo, vem, mui respeitosamente, perante à ilustre presença de Vossa Senhoria, apresentar as suas:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, com fundamento no artigo 109, parágrafo 3, da Lei n.º 8.666/1993, e demais dispositivos legais pertinentes à espécie, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expendidos:

1. DOS APONTAMENTOS INICIAIS

A ora peticionária sempre prezou pelo cumprimento da legislação vigente, e mais, salienta-se que é uma empresa idônea e afirma seu total interesse e disposição em prestar serviços ao Município de Herval d'Oeste/SC, inclusive, **TENDO SIDO HABILITADA NO PRESENTE CERTAME**, uma vez que cumpriu com todos os requisitos postos no Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021.

De mais a mais, a empresa peticionária deixa claro seu respeito pelo trabalho do Município, da equipe de apoio e de todo o corpo de servidores.

2. DA TEMPESTIVIDADE

De introito, destaca-se que a apresentação das presentes Contrarrazões é tempestiva, na medida que protocolada dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contatados do recebimento da Notificação n.º 001/TP025/2021, que se deu em **27/12/2021**, consoante segue:

NOTIFICAR:

Os Licitantes acima identificados, e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que as empresas TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ingressou com recursos administrativos contra a decisão da comissão de licitação, na fase documental do processo licitatório acima epigrafado, **NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria, para que querendo apresente as suas contrarrazões, conforme preceitua o artigo 109 parágrafo 3º da Lei 8.666/93. **No prazo de cinco dias úteis**, contados do recebimento desta e sua publicação no diário oficial dos municípios.

Herval d'Oeste, em 27 de dezembro de 2021.

Raphael Anzolin Witte
Membro Administrativo - Mat. 5064
RAPHAEL ANZOLIN WHITTE
Município de Herval d'Oeste
Pela Comissão de Licitações

Portanto, a apresentação das Contrarrazões em voga é **TEMPESTIVA**, o que requer seja reconhecida.

3. DO BREVE RETROSPECTO

A *prima facie*, tem-se que o Município de Herval d'Oeste/SC, dispôs e informou acerca da realização de licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, onde o Edital sob o n.º 025/2021 prevê regras e requisitos para a participação de aludido certame, a qual objetiva a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA REGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS (...).”**

Ocorre, Vossa Senhoria, que após a realização da Sessão Pública n.º 001/2021 para a abertura dos envelopes de habilitação e, posteriormente a habilitação da ora peticionária, a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. apresentou **RECURSO ADMINISTRATIVO**.

Em suma, a empresa recorrente argumenta que a peticionária deixou de cumprir com algumas exigências do edital em questão, sendo elas:

- Insuficiência do atestado de capacidade técnica-operacional apresentado;
- Ausência de indicação do veículo coletor;
- Ausência de comprovação de capacidade técnica-profissional;
- Ausência de atestado de visita técnica e/ou declaração; e,
- Ausência das assinaturas no balanço patrimonial nos termos da lei;

Entretanto, após análise minuciosa dos termos do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021, bem como das razões do Recurso Administrativo apresentado, **nenhuma sorte socorre as pretensões da empresa recorrente, sendo o indeferimento do recurso apresentado medida que se impõe.**

4. DAS CONTRARRAZÕES

A contratação de qualquer produto e/ou serviço pela Administração Pública é realizada por meio de licitação, lastreada nos princípios constitucionais gerais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, nos princípios específicos da Lei n.º 8.666/93, dentre eles, a vinculação ao instrumento convocatório, economicidade, eficiência, julgamento objetivo e **obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

De mais a mais, importante salientar que a empresa peticionária fora habilitada no presente certame, uma vez que apresentou todos os documentos em conformidade com o Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021, assim sendo, a manutenção da sua habilitação é medida que se impõe, senão vejamos:

4.1. Do atestado de capacidade técnica-operacional apresentado

Pois bem, a empresa recorrente disserta que a ora peticionária juntou atestado de capacidade que mencionada apenas a quantidade de 306,33 toneladas de resíduos manejados mensalmente, o que contraria a disposição do item 8.1.2.1, que tratava da Capacidade Técnica-Operacional, onde foi estabelecida na alínea “b”, há necessidade de ***“Comprovação através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos***

com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados, declaração ou documento similar, fornecidos por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, devidamente registradas no CREA de jurisdição da emissão do Atestado ”.

De mais a mais, a recorrente argumenta que o atestado apresentado é insuficiente em razão da quantidade estabelecida no edital, que é de 385 toneladas/mês.

Contudo, **tem-se que o documento apresentado é uníssono em atestar a capacidade técnica da empresa peticionária, o que foi aceito pela Comissão Permanente de Licitações, quando da realização da Sessão Pública n.º 001/2021**, senão vejamos:

para assinatura e posterior exame. Da análise documental, foi constatado que a empresa Contestado Resíduos Eireli apresentou atestado de capacidade técnica que comprova a coleta de 306 toneladas mês, o que foi considerado como aceito pela comissão, com relação ao item 8.1.3.1, no que refere-se ao atestado de visita ao local

Assim sendo, **observa-se que foi aceito o atestado apresentado pela empresa peticionária, sendo reconhecido o cumprimento ao edital em questão.**

De igual sorte, o atestado infra traduz a Capacidade Técnica Operacional da empresa peticionária em prestar os serviços licitados de forma **COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**:



Cristiane Gugelmin

ASSESSORIA EMPRESARIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERA CRUZ



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **CONTESTADO RESÍDUOS EIRELI**, com sede localizada na rua Sete de Setembro, nº 870, Centro, Porto União – SC, CEP 89.400-000, registro no CREA RS nº 246385, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.408.864/0001-70, juntamente com o Engenheiro Civil DIEGO MAURER, RPN nº 1716201284, responsável técnico, executou para o MUNICÍPIO DE VERA CRUZ – RS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 98.661.366/0001-06, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 94/2020, os serviços com atividades técnicas e quantitativos conforme descrito abaixo.

DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de Coleta Regular dos resíduos sólidos, transporte até a destinação final (Aterro Sanitário em Minas do Leão), a Coleta Seletiva e o transporte até Cooperativa de catadores no Município, a serem executados pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver acordo entre as partes, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Item	Descrição	Quantidade (toneladas)	Média Mensal (toneladas)
01	Coleta regular de resíduos sólidos domiciliares do perímetro urbano e rural e transporte até a disposição final no aterro sanitário da Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos – CRVR, localizado na cidade de Minas do Leão - RS, sob a responsabilidade do município de Vera Cruz – RS. Os veículos utilizados na Coleta de Resíduos utilizam compactadores de resíduos e monitoramento por GPS.	3.676,00	306,33
02	Coleta seletiva e transporte no perímetro urbano dos resíduos recicláveis e transporte até Cooperativa de catadores no Município. Veículo utilizado com monitoramento por GPS.	32,44	2,70

Responsável Técnico: Diego Maurer – Engenheiro Civil – CREA/PR 159721/D – RNP nº 1716201284.

ART: 10973447, 11249465 e 11587880.

Período de Execução: 15/10/2020 a 14/10/2021 (12 meses).

(Assinatura)

AV. NESTOR FREDERICO HENN, 1645 - VERA CRUZ - RS - CEP 96880-000 - FONE: (0xx) (51) 3718-1222 - FAX: (0xx) (51) 3718-1008
Departamento de Meio Ambiente - Fone: (0xx)(51) 3718-3778



Selo de segurança nº 207980

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado. Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code presente ao final deste documento.

Atestado registrado no CREA-RS





Cristiane Gugelmin

ASSESSORIA EMPRESARIAL




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERA CRUZ



Período Contratual: 15/10/2020 a 14/10/2021 (12 meses).

Localização dos Serviços: Os serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos orgânicos foram realizados em todos os logradouros do perímetro urbano e rural do Município e a coleta dos resíduos recicláveis em todos os logradouros do perímetro urbano do Município de Vera Cruz – RS.

Vera Cruz – RS, 23 de novembro de 2021.


DIEGO HALMENSCHLAGER
Prefeitura Municipal de Vera Cruz – RS
Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CPF nº 022.054.040-32



Selo de segurança nº 207981

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site do Crea-RS, link: Cidadão, Consultas, Atestado Registrado. Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code presente ao final deste documento.

Atestado registrado
no CREA-RS



AV. NESTOR FREDERICO HENN, 1645 - VERA CRUZ - RS - CEP 96880-000 - FONE: (0xx) (51) 3718-1222 - FAX: (0xx) (51) 3718-1006
Departamento de Meio Ambiente - Fone: (0xx)(51) 3718-3778



Atestado registrado no Crea-RS

Atenção:

A autenticidade deste registro pode ser confirmada:

- a) pelo QR Code abaixo;
- b) ou no site do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado, informando o nº do selo de segurança;
- c) ou ainda clicando no link abaixo:

<http://servicos.crea-rs.org.br/ServicosPrd/servlet/com.servicos.srv.wbpsrvatestadocatres>

Este atestado registrado pelo Crea-RS é válido se acompanhado da respectiva "CAT com registro de atestado". Verificar na CAT a numeração do(s) selo(s) de segurança.

QR Code:

Para visualizar o arquivo, utilize um app leitor de QR Code no seu smartphone.



Neste viés, o atestado apresentado é suficiente e atende as exigências do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021.

Outrossim, tendo em vista o cumprimento dos requisitos editalícios já reconhecidos pela Comissão Permanente de Licitações, as razões apresentadas pela empresa

recorrente devem ser indeferidas, sendo mantida a aceitação do atestado de Capacidade Técnica Operacional apresentado.

4.2. Da indicação do veículo coletor

Destarte, a empresa recorrente alega que o instrumento convocatório estabeleceu no item 8.1.2.2., onde trata da necessidade de indicação das instalações, do pessoal técnico e do aparelhamento adequado e disponível para a execução do objeto licitado, há necessidade de o licitante comprovar que possui no mínimo 01 (um) veículo coletor com as características descritas no edital, com idade mínima de 05 (cinco) anos, conforme segue:

- o **01 (um) veículo coletor**, com compactador de capacidade mínima de 15m³; (quinze metros cúbicos) caminhão do tipo semipesado, equipado com carroceria do tipo coletora de lixo, com capacidade mínima de 15m³, fechada para evitar derramamento dos resíduos coletados nas vias públicas, com sistema esvaziamento e descarga automáticos por meio de painel ejetor acionado por cilindro hidráulico telescópico, e dotada de suporte de pás e vassouras que constituem equipamento obrigatório com idade mínima de 5 anos;

Não apenas, a recorrente narra que se o equipamento for alugado, há necessidade de se comprovar a disponibilidade do mesmo para a execução do objeto através de um Contrato ou Pré-contrato de Locação, acompanhado do certificado de registro de propriedade no DETRAN, independentemente de quem seja o atual proprietário.

Desta feita, a recorrente afirma que a peticionária apresentou apenas o certificado de registro de propriedade no DETRAN de um veículo coletor em nome de terceira pessoa, sem a comprovação através de Contrato ou Pré-contrato de Locação da disponibilidade do mesmo para a execução do objeto licitado.

Entretanto, **os documentos apresentados são uníssonos em afirmar a disponibilidade do aludido veículo para a execução dos serviços licitados**, senão vejamos:



Cristiane Gugelmin
ASSESSORIA EMPRESARIAL



**AO
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
DA PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2021**

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E DISPONIBILIDADE

A empresa CONTESTADO RESÍDUOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o número 31.408.864/0001-70, sediada na rua Sete de Setembro, nº 870 – CENTRO – PORTO UNIÃO/SC, 89400-000, através de seu representante, Sr. DIEGO MAURER, CPF número 093.572.789-23, RG número 5996325 SSP SC, DECLARA, que possui e disponibiliza todos e quaisquer equipamentos, máquinas e pessoal exigidos no referido Edital, para que seja perfeitamente desempenhado o objeto Licitado.

Descrição do Veículo e Compactador:

- 1 (UM) caminhão, marca VOLKSWAGEN, modelo CAMINHAO VW 17260 ROBUST novo, ano e modelo 2021/2022, TIPO TOCO, equipado com compactador novo, marca , modelo LOTUS 4, com capacidade de 15M3 , em cor Branca.

DOCUMENTO EM ANEXO:





Cristiane Gugelmin
ASSESSORIA EMPRESARIAL

INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO

NOME	FUNÇÃO	CPF	RG
DIEGO MAURER	ENGENHEIRO TÉCNICO RESPONSÁVEL/EXECUÇÃO	093.572.789-23	5.996.325 SSP/SC
GUILHERME GAIOVICZ	ENGENHEIRO (SESMT)	077.402.699-56	CREA PR Nº 134987/D
IRIO MATHEUS MOREIRA DE LIMA	GERENTE OPERACIONAL	096.282.609-01	6.227.459 SSP/SC
RICARDO GEOVANE CAYÉ	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	076.287.889-47	5.794.859 SSP/SC
MARCOS ELIAS PIRES	MOTORISTA	707.930.690-68	5.056.182.719 SSP/RS
LUIS CARLOS TAVARES	MOTORISTA	974.378.160-91	4.085.184.184 SSP/RS
CLEBER PEREIRA	COLETOR	008.426.930-84	4.098.361.282 SSP/RS
ANTONIO MARCOS GERALDO	COLETOR	012.187.660-85	2.098.839.968 SSP/RS
JONAS FELIPE GERALDO DA SILVA	COLETOR	036.519.470-09	4.120.186.525 SSP/RS
ZAQUEU DE OLIVEIRA COSTA	COLETOR	059.404.140-60	1.137.173.603 SSP/RS
EDERSON FRAGA	COLETOR	018.683.480-24	1.104.079.296 SSP/RS
DIEGO FERNANDO SIMAS	COLETOR	019.023.240-48	4.084.649.575 SSP/SC

Porto união/SC, 17 de Dezembro 2021.

CONTESTADO RESIDUOS EIRELI
CNPJ:31.408.864/0001-70
DIEGO MAURER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF:093.572.789-23

Ora, conforme os documentos supracitados, em especial, a **DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E DISPONIBILIDADE**, a empresa proponente comprova que possui e disponibiliza o equipamento exigido pelo edital, para que seja perfeitamente desempenhado o objeto licitado.

Aliás, o artigo 30, parágrafo 6º, da Lei n.º 8.666/93, **dispõe que as exigências mínimas relativas** a instalações de canteiros, **máquinas, equipamentos** e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, **SERÃO ATENDIDAS MEDIANTE A APRESENTAÇÃO de relação explícita e da DECLARAÇÃO FORMAL DA SUA DISPONIBILIDADE, o que foi ATENDIDO**, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

§ 6º **As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.** (grifei)

Ora, consoante dicção do parágrafo 6º, do artigo 30, da Lei de Licitações é axioma que a empresa peticionária apresentou declaração que atesta que o veículo coletor está disponível para a execução dos serviços licitados.

Assim sendo, em relação a indicação de instalações, de aparelhamento adequado e de equipamento disponível para a execução do objeto do certame, a declaração e o documento de propriedade do bem automotor **são suficientes para atender aos requisitos do edital em voga, posto que está sendo atestado que o bem esta disponível especificamente para o objeto licitatório.**

Portanto, através dos documentos apresentados é certo que a peticionária possui a sua disposição o veículo indicado, ou seja, cumpriu com a aludida exigência editalícia, portanto, deve ser indeferido o Recurso Administrativo apresentado.

4.3. Da comprovação de capacidade técnica-profissional

Não satisfeita, a recorrente sem qualquer respaldo fático ou jurídico disserta que o item 8.1.2.3., do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021 estabeleceu a necessidade de comprovação da capacidade técnica-profissional para fins de qualificação das proponentes, conforme segue:

8.1.2.3. Capacitação técnico-profissional.

8.1.2.3.1. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, de 01 (um) profissional de nível superior (graduação em Engenharia com especialização e atribuições registradas e autorizadas junto ao CREA para o exercício de atividades pertinentes ao objeto deste edital). Este Profissional será o responsável técnico pelos serviços, o qual deverá estar devidamente reconhecido pela entidade competente, e registrado no órgão. O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado através de uma ou mais das maneiras abaixo:

Neste viés, a recorrente narra que a peticionária apresentou apenas o atestado de capacidade técnica-operacional, ignorando a necessidade de demonstração técnica-profissional.

Ocorre que, como o Sr. Diego Maurer é o titular da pessoa jurídica, bem como o engenheiro responsável, **O DOCUMENTO É O MESMO, NÃO HAVENDO A NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DO MESMO DOCUMENTO PARA A HABILITAÇÃO.** Vejamos:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	31.408.864/0001-70
NOME EMPRESARIAL:	CONTESTADO RESIDUOS EIRELI
CAPITAL SOCIAL:	R\$300.900,00 (Trezentos mil e novecentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DIEGO MAURER
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/12/2021 às 15:04 (data e hora de Brasília).



Cristiane Gugelmin

ASSESSORIA EMPRESARIAL



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA - RS

Página: 1
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1914178
ATIVIDADE CONCLUÍDA

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **DIEGO MAURER** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **DIEGO MAURER**
Registro: **PR159721** RNP: 1716201284
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

1 / 2

Número de ART: **11597890** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 15/11/2021 Baixada em: 14/10/2021
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal
Empresa Contratada: **CONTESTADO RESIDUOS KIRRELI.**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ - RS** CPF/CNPJ: 98661366000106
Rua: **Avenida AV. NESTOR FREDERICO HENN** Nº: 1645
Complemento: **Bairro: CENTRO**
Cidade: **Vera Cruz** UF: RS CEP: 96880000
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado a ART:
Valor do Contrato: **R\$ 575.569,80**
Ação Institucional:
Observação:
Endereço da obra/Serviço: **DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO** Nº: 0
Complemento:
Cidade: **VERA CRUZ** Bairro: UF: RS CEP: 96880000

Data de Início: 15/10/2020 Conclusão efetiva: 14/10/2021
Finalidade: **OUTRAS FINALIDADES** Coordenadas Geográficas:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ - RS** Código: MPOG:
CPF/CNPJ: 98661366000106
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço: Quant: Und:
0 - EXECUÇÃO COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS 3.676,00 t
1 - EXECUÇÃO COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS 32,44 t
2 - EXECUÇÃO RSU - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS CLASSE IIB (ORGÂNICO) 3.676,00 t
3 - EXECUÇÃO RSU - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS CLASSE IIA (RECICLADO) 32,44 t

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

CONTRATO 094/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2020 - MUNICÍPIO DE VERA CRUZ RS
OBJETO 01: COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CLASSE II B (ORGÂNICO)
OBJETO 02: COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CLASSE II A (RECICLADO)

2 / 2

Número de ART: **11249465** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 27/04/2021 Baixada em: 14/10/2021
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal
Empresa Contratada: **CONTESTADO RESIDUOS KIRRELI.**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ - RS** CPF/CNPJ: 98661366000106
Rua: **Avenida AV. NESTOR FREDERICO HENN** Nº: 1645
Complemento: **Bairro: CENTRO**
Cidade: **Vera Cruz** UF: RS CEP: 96880000
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado a ART:
Valor do Contrato: **R\$ 719.126,40**
Ação Institucional:
Observação:
Endereço da obra/Serviço: **AVENIDA DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO** Nº: 0
Complemento: **Bairro:**
Cidade: **VERA CRUZ** UF: RS CEP: 96880000

Data de Início: 13/11/2020 Conclusão efetiva: 14/10/2021
Finalidade: **OUTRAS FINALIDADES** Coordenadas Geográficas:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ - RS** Código: MPOG:
CPF/CNPJ: 98661366000106
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço: Quant: Und:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1914178

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

0 - EXECUÇÃO COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS
1 - EXECUÇÃO RSU - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS CLASSE III (ORGÂNICO)
2 - EXECUÇÃO RSU - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS CLASSE IIA (RECICLADO)

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

ART CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 094/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2020
ART 11249465 VINCULADA ART PRINCIPAL 10973447

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2021044904, está registrado com as CATs número(s):
1914178

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 207980 a 207981 o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1914178

7 de Dezembro de 2021 Hora: 18:33:29

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS (www.crea-rs.org.br), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT a qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver vinculado à essa pessoa jurídica.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Rua: São Luís, 77, Porto Alegre, RS, CEP 90620-170 - www.crea-rs.org.br



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Rio Grande do Sul

Repita-se, **o titular da pessoa jurídica proponente é o engenheiro responsável, sendo anexado o documento correspondente para a comprovação da qualificação técnica-operacional e técnica-profissional.**

Outrossim, resta comprovada a **CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL** da empresa ora petionária, devendo ser indeferido o Recurso Administrativo apresentado.

4.4. Do atestado de visita técnica e/ou declaração

Destarte, a empresa recorrente disserta que o item 8.1.3.1., do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021 determina que seja apresentado o atestado de visita técnica ou declaração de que se possui conhecimento dos locais e peculiaridades do serviço licitado.

Neste norte, **tem-se que a empresa peticionária cumpriu com a aludida exigência**, uma vez que em Sessão Pública o representante legal apresentou declaração de próprio punho de que possui conhecimento dos locais e peculiaridades do serviço licitado, na medida que o mesmo é responsável técnico da empresa.

Assim sendo, **denota-se da Ata de Sessão Pública n.º 001/2021 que fora aceita a apresentação do documento, sem qualquer ressalva**, senão vejamos:

dos serviços, a empresa deixou de apresentar, o representante da licitante solicitou a comissão se poderia fazer a declaração de próprio punho uma vez que o representante legal, também é o responsável técnico da empresa, em consulta ao departamento jurídico este informou que poderia ser aceito. A empresa T.O.S. Obras e Serviços

No mais, a recorrente alega que a declaração supramencionada deveria ter sido apresentada juntamente com os documentos de habilitação, no envelope destinado para este fim específico.

Entretanto, **é sabido que há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação em realizar diligências, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.**

Neste viés, é possível a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório independente de previsão em edital, sendo decorrente dos princípios administrativos e da própria disposição legal contida no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei de Licitações.

A respeito do tema, tem-se que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n.º 1.758/2003-Plenário, entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de documento através de diligência promovida com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. **INCLUSÃO DE CERTIDÃO EXTRAÍDA PELA INTERNET DURANTE A SESSÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE.** CONHECIMENTO. NEGAR PROVIMENTO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (Acórdão 1758/2003 – Plenário). (grifei)

Não apenas, entoa a seguinte jurisprudência:

REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS. CAUTELAR CONCEDIDA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE INABILITAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. (Acórdão 2627/2013 – Plenário)

Pede-se *venia* para transcrição do trecho do Acórdão supracitado:

(...) 14. A nosso ver, no que tange à inabilitação da representante, afastado o primeiro motivo (não envio do catálogo), entendemos não assistir razão à UFRJ relativamente à razão remanescente (data do atestado posterior à data da licitação). Com efeito, segundo a informação prestada pelo Cetem (peça 22), a balança mencionada no atestado emitido pelo referido órgão federal fora fornecida pela representante em 28/7/2011. Assim, e entendendo que o atestado de capacidade técnica tem **natureza declaratória** – e não constitutiva – de uma condição pré-existente, a data a ser considerada para comprovação da qualificação técnica seria 28/7/2011, não sendo relevante a data da emissão da declaração. Ou seja, a partir da entrega daquele produto, o Cetem poderia ter emitido, com qualquer data, o referido atestado, reconhecendo a aptidão da representante para o fornecimento daquele equipamento. Ademais, diante da dúvida natural quanto ao momento em que estaria configurada a capacidade técnica da representante, cabia ao pregoeiro lançar mão de diligência ao emissor, solicitando que informasse a descrição e a data do fornecimento do produto a que se refere o atestado apresentado pela licitante. **Nesse sentido, vale lembrar o entendimento externado no item 9.4.1.3 do Acórdão 616/2010-TCU-2ª Câmara, segundo o qual o instrumento da diligência, previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, constitui dever da administração e visa a 'flexibilizar formalismos que podem redundar na frustração ao caráter competitivo que deve reger as licitações na administração pública'.** (grifei)

Portanto, tem-se que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade.

E mais, como já narrado, fora diligenciado na Sessão Pública e o documento apresentado foi aceito pela Comissão Permanente de Licitações, assim sendo, o indeferimento do Recurso Administrativo apresentado é medida que se impõe.

4.5. Das assinaturas no balanço patrimonial nos termos da lei

Por derradeiro, a recorrente alega que o item 8.1.4.3., do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021 estabeleceu a necessidade de apresentação do Balanço Patrimonial, nos seguintes termos:

8.1.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social assinados por contador responsável e pelo representante legal da licitante, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta. O balanço deverá conter os termos de abertura e encerramento

Outrossim, a recorrente disserta que o Balanço Patrimonial apresentado pela peticionária não foi devidamente assinado pelo contador responsável pela empresa e tampouco pelo proprietário da mesma.

Contudo, **tem-se que o documento apresentado é legítimo e digital, ou seja, considera-se autêntico para todos os fins.**

Assim, o documento apresentado possui autenticidade digital, (assinatura com certificado digital), senão vejamos:



Cristiane Gugelmin

ASSESSORIA EMPRESARIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 8.0.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42104704564	CNPJ 31.408.864/0001-70
NOME EMPRESARIAL DIEGO MAURER	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 3
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 13.EB.5A.71.8E.AC.85.1E.FC.EC.48.7F.A3.EB.18.70.93.DB.80.D9	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	05587145956	RODRIGO MADEIRA DA SILVA:05587145956	7893719449085670985	27/04/2020 a 27/04/2023	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	31408864000170	DIEGO MAURER: 31408864000170	8452728808379915940	18/11/2020 a 18/11/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

13.EB.5A.71.8E.AC.85.1E.FC.EC.48.7
F.A3.EB.18.70.93.DB.80.D9-0

Escrutação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 05/04/2021 às 14:43:09

7F.97.60.8D.5F.5A.87.86
CC.4B.99.F9.C3.AF.DC.9F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Cristiane Gugelmin
ASSESSORIA EMPRESARIAL



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: RODRIGO MADEIRA DA SILVA
REGISTRO.....	: PR-066774/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 055.871.459-58

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 05/04/2021 as 14:03:50.
Válido até: 04/07/2021.
Código de Controle: 325089.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

Ora, **clarividente que o Balanço Patrimonial apresentado pela ora peticionária está de acordo com a lei e nos exatos termos do Edital de Tomada de Preços n.º 025/2021, ou seja, está revestido das formalidades legais.**

No mais, os dados apresentados no documento mencionado retratam a pura realidade, e ainda, as alegações apresentadas pela recorrente não passam de mero inconformismo, sem qualquer respaldo comprobatório e legal.

Portanto, todos os documentos apresentados pela empresa peticionária estão em conformidades com as exigências editalícias, sendo o indeferimento do Recurso Administrativo apresentado medida que se impõe.

5. DOS PEDIDOS

Ex positis, e por tudo mais que possa ser suprido pelo notório conhecimento de Vossa Senhoria, requer:

I- Seja RECEBIDA, PROCESSADA e ACOLHIDA AS PRESENTES CONTRARRAZÕES, para o fim de que ser INDEFERIDO o RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO, mantendo a decisão de habilitação da empresa peticionária na Ata da Sessão Pública n.º 001/2021 – Processo Licitatório n.º 0136/2021 – Tomada de Preços n.º 025/2021, permitindo a regular tramitação do certame, primando pelos princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, igualdade entre as proponentes e preservado o caráter competitivo do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto União/SC, 30 de dezembro de 2021.

(assinado digitalmente)
CRISTIANE GUGELMIN
OAB/PR n.º 58.298
OAB/SC n.º 46.676-A